

28/6 é dia de luta por mais recursos às universidades públicas paulistas e ao Ceeteps

Todos à manifestação pública organizada pelo Fórum das Seis na Alesp

Até o final deste mês, deve ser votada na Assembleia Legislativa (Alesp) a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO-2018). É nela que são definidos os recursos destinados a todos os setores do serviço público paulista no próximo ano, entre eles as universidades estaduais paulistas e o Centro Paula Souza.

Assim como faz todos os anos, o Fórum das Seis apresentou propostas de emendas ao projeto de LDO enviado à Alesp pelo governo estadual. Para serem votadas em plenário, estas emendas precisam constar no relatório da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP), cujo relator é o deputado Edmir Chedid/DEM. A CFOP é composta, também, pelos seguintes deputados: os titulares Celso Giglio, Marco Vinholi, Vaz de Lima (PSDB), Ênio Tatto, Teonílio Barba (PT), Orlando Bolçone (PSB), Edson Giriboni (PV), Cássio Navarro (PMDB), Wllington Moura (PRB)



e Davi Zaia (PPS), os suplentes Carlão Pignatari, João Caraméz, Roberto Engler (PSDB), João Paulo Rillo (PT), Professor Auriel (PT), Cezinha de Madureira (DEM), Ed Thomas (PSB), Roberto Tripoli (PV), Jorge Caruso (PMDB), Milton Vieira (PRB) e Fernando Cury (PPS).

Um momento importante neste processo acontecerá na quarta-feira, 28/6/2017. Neste dia, o Fórum vai realizar uma manifestação pública para pressionar os deputados a votarem por mais recursos para a educação pública paulista. A atividade terá início às 14h (com concentração às 13h), no auditó-

rio Franco Montoro. Sua participação é muito importante!

Leia mais sobre as nossas reivindicações na LDO-2018 nas páginas seguintes deste boletim.

Envie mensagem aos deputados

Além de participar da manifestação na Alesp em 28/6, a comunidade pode pressionar os deputados por outras vias, seja visitando os de cada região, seja enviando *e-mails* a todos, pedindo apoio às emendas do Fórum das Seis.

Em anexo a este boletim, segue arquivo com proposta de texto e lista de endereços dos deputados estaduais paulistas. Esse material também pode ser encontrado no *site* das entidades.

Nenhum direito a menos

Nova greve geral em 30/6 é passo decisivo na luta contra as reformas

Em meio à gigantesca crise que o envolve, o governo Temer tenta mostrar ares de normalidade e mantém o calendário de votação de duas das principais reformas defendidas pelo empresariado que bancou sua chegada ao Planalto: a trabalhista e a previdenciária. Mas essa não é uma tarefa simples.

Acuado pelas denúncias diárias de corrupção e pelo descontentamento popular (apenas 7% de aprovação, se-

gundo pesquisa DataFolha divulgada em 24/6), o governo atravessa momento crítico. No dia 20/6, o projeto de reforma trabalhista (PLC 38/2017) sofreu uma primeira derrota, sendo rejeitado pela Comissão de Assuntos Sociais por 10 votos a 9, graças aos votos não só dos senadores do PT, PCdoB, Rede e PSB, mas também de senadores de partidos governistas, como PSDB, PSD e PMDB. O projeto, entretanto, segue em

tramitação e pode ser votado pelo plenário do Senado no começo de julho.

Neste quadro, o aumento da mobilização popular é decisivo. Após as grandes manifestações de março, a greve geral de 28/4 e o histórico ato em Brasília em 24/5 (com mais de 100 mil pessoas), as centrais sindicais estão



convocando um novo dia de greve geral para 30/6, próxima sexta-feira.

Adesão

Os sindicatos que compõem o Fórum das Seis estão convocando a greve geral de 30/6 nas universidades estaduais paulistas e no Centro Paula Souza. A adesão já foi aprovada em várias assembleias de base.

Calendário

Reunidas em 23/6, as centrais sindicais divulgaram as seguintes ativi-

dades para a semana da greve:

- **27/6:** Audiência dos presidentes das centrais sindicais no Senado;
- **27 a 29/6:** Atividades nos aeroportos, nas bases dos senadores e no Senado Federal;
- **30/6:** Vamos parar o Brasil contra a reforma trabalhista, em defesa dos direitos e da aposentadoria. Fique atento à divulgação dos atos em sua cidade e participe.
- **No dia da votação** da reforma trabalhista no Senado: mobilização em Brasília.



Para entender e mobilizar

A crise de financiamento das universidades estaduais paulistas

Embara tenham dotação orçamentária definida – 9,57% do ICMS–Quota-Parte do Estado (ICMS-QPE) –, especialmente a partir dos anos 2000 os valores repassados à Unesp, Unicamp e USP mostram-se insuficientes para garantir a continuidade do funcionamento das três universidades estaduais paulistas, que estão entre as melhores instituições de ensino, pesquisa e extensão do país.

Nos últimos anos, a ação dos reitores diante da falta de recursos em muito contribuiu para agravar o problema. Limitando-se a alegar que a folha salarial compromete mais de 100% de seu orçamento, eles foram compensando a falta de recursos com o arrocho salarial e o desmonte das universidades, por meio da não contratação de pessoal, planos de demissão voluntária (como na USP), entre outros. Nesta visão, Unesp, Unicamp e USP estariam vivendo uma “crise financeira”, o que se resolveria com programas de gestão mais “austeros”, com o corte “privilégios” e o enxugamento do quadro de pessoal.

As entidades sindicais, agrupadas no Fórum das Seis, vêm demonstrando que essa versão é falaciosa, com resultados desastrosos para as universidades, e que a falta de recursos que as assola não se caracteriza como “crise financeira”, mas

sim de financiamento. Neste texto, você verá os motivos da crise de financiamento, todos de responsabilidade do governo estadual:

1) **Confisco na implantação da autonomia**

Quando o governador Quéricia publicou o Decreto nº 29.598, de 2/2/1989, as universidades estaduais paulistas adquiriram autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, submetendo-se ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, conforme disposto no artigo 207 da Constituição de 1988. Esse decreto também estabelecia que seriam custeadas pelo percentual global de 8,4% da arrecadação do ICMS-QPE no mês de referência. No entanto, segundo avaliação feita pelo Prof. Paulo Renato, reitor da Unicamp à época, as universidades recebiam até então o correspondente a cerca de 11,6% do ICMS-QPE. Assim, o exercício da autonomia universitária começava com uma diminuição substancial dos recursos a elas destinados.

Em 1992, por pressão da comunidade universitária, liderada pelo Fórum das Seis, a Assembleia Legislativa (Alesp) aprovou o aumento da dotação para 9% do ICMS-QPE. Em 1994,

esse índice foi elevado para os atuais 9,57%, passando a valer em 1995.

Portanto, ao reivindicar o percentual de 11,6% do total do produto do ICMS-QPE para as universidades, o Fórum das Seis apenas pleiteia que elas tenham a mesma dotação vigente antes do advento da autonomia.

2) **Expansão sem recursos**

O governo estadual promoveu uma expressiva expansão de vagas e cursos nas três universidades, com a implantação de cursos noturnos na segunda metade dos anos 1990, visando cumprir a exigência constitucional de oferecimento de pelo menos 1/3 das vagas no período noturno. E, a partir do início dos anos 2000, de forma mais generalizada, sem distinção entre cursos noturnos e diurnos. Apesar desse grande aumento na demanda, não houve aumento da dotação orçamentária.

A expansão na Unesp, iniciada em 2002, resultou na criação de oito novos *campi* e 41 cursos. Embora cercada de promessas do então governador Geraldo Alckmin, foi feita sem a injeção de recursos perenes necessários para o seu custeio.

Quando a extinta Faenquil/Lorena, hoje EEL, foi anexada à USP, a promessa



era de aporte de 0,07% da quota-parte do ICMS, o que também não aconteceu.

Para a Unicamp, que criou o campus de Limeira, a promessa foi de 0,05% da quota-parte do ICMS, também “esquecida”.

Portanto, a expansão – que demanda construção de prédios, laboratórios e vias de acesso, a contratação de mais docentes e funcionários técnico-administrativos, o aumento de despesas com manutenção, salários e verbas de permanência estudantil – foi feita sem recursos adicionais perenes.

3) Descontos indevidos

Antes de calcular o repasse dos 9,57% do ICMS-QPE às universidades, o governo retira do total arrecadado (que deveria ser a base de cálculo), recursos destinados a itens como Habitação, juros de mora e dívida ativa e valores da arrecadação do ICMS distribuídos no programa Nota Fiscal Paulista. De 2014 a 2016, por exemplo, o prejuízo das universidades com esse procedimento foi de cerca de R\$ 1 bilhão.

Importante: nenhum destes descontos é feito quando é realizado o cálculo dos 25% do ICMS que vão para os municípios paulistas, à exceção da Nota Fiscal Paulista.

4) Insuficiência financeira

A integralidade do pagamento dos aposentados e pensionistas das universidades estaduais é descontada dos recursos nelas investidos, ou seja, dos 9,57% do ICMS-QPE.

A insuficiência financeira – definida pelo Artigo 27 da Lei Complementar nº 1.010/2007, que criou a São Paulo Previdência (SPPREV), como “a diferença entre o valor total da folha de pagamento dos benefícios previdenciários e o valor total das contribuições previdenciárias dos servidores” – também é custeada exclusivamente pelas universidades estaduais. Isso contraria o previsto na mesma lei, que estabelece que “o Estado de São Paulo é responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras”.

Em 2016, a insuficiência financeira correspondeu, aproximadamente, a 19,5% dos repasses oriundos do ICMS-QPE (9,57%), realizados pelo governo para a Unesp, Unicamp e USP, com



um perfil de crescimento que, segundo prognósticos feitos a partir dos dados atuais, deverá alcançar algo em torno de 30% em 2026.

Assim, recursos significativos das universidades são sequestrados pelo governo, que “interpreta” a lei a seu favor, alegando que estas instituições, como parte do estado, estão obrigadas a cobrir a insuficiência financeira.

Como resolver a crise de financiamento?

Para as universidades estaduais paulistas superarem a atual crise que vivenciam, não é suficiente que haja uma recuperação da economia brasileira. O que se constata é que a atual crise econômica só antecipou em dois ou três anos os efeitos da falta de financiamento que já assolava Unesp, Unicamp e USP, como descrito acima. A solução dos problemas financeiros das universidades passa, necessariamente, pelo seu financiamento adequado, sem o que poderemos rapidamente chegar à mesma situação limite por que passam a UERJ e outras universidades estaduais.

Como vimos, se o governo Alckmin cumprisse a lei – repassando os 9,57% do ICMS-QPE sobre o total do produto arrecadado e arcando com a insuficiência financeira, conforme exige a Lei Complementar 1.010/2007 – o quadro financeiro das universidades estaduais paulistas seria menos grave.

Não aceitamos o discurso de que a ampliação de recursos para as universidades impediria o governo de investir em serviços essenciais nas áreas de saúde, transporte e segurança. Fosse essa a questão, o governo não concederia vultosos volumes em isenções fiscais: o correspondente a 11% do orçamento paulista (cerca de R\$ 14 bilhões) em 2017, e a 11,2% em 2018 (aproximadamente R\$ 15 bilhões), conforme pre-

visto em sua proposta de LDO enviada à Assembleia Legislativa.

Diante disso, o Fórum das Seis protocolou na Alesp uma série de emendas à LDO-2018, que preveem o aumento do índice repassado às universidades e que deixam explícita a obrigação deste índice incidir sobre todo o ICMS-QPE (incluindo a expressão “do total do produto”) e a obrigação do tesouro estadual em arcar com os custos da “insuficiência financeira”.

As emendas do Fórum, que também preveem dotação para o Centro Paula Souza e um total de 33% das receitas para o conjunto da educação pública paulista, foram protocoladas por deputados do PT e do PSOL.

Emenda dos reitores

Após se manterem omissos nos últimos anos, só mais recentemente os reitores parecem ter se dado conta da gravidade da situação e passaram a defender a necessidade de ampliação de recursos para as universidades paulistas. É deles a apresentação de uma emenda à LDO-2018, propondo a ampliação do repasse para 9,95% do total do produto do ICMS-QPE. A emenda do Cruesp foi protocolada por parlamentares da base governista.

A situação do Centro Paula Souza

O Fórum das Seis também protocolou emenda à LDO-2018 solicitando 3,3% do ICMS-QPE para o Centro Paula Souza (Ceeteps), que mantém as Escolas Técnicas (ETEC) e as Faculdades de Tecnologia (FATEC). Diferente das universidades, o Ceeteps não tem dotação própria e, todo o ano, é o governador que decide quanto de recursos a instituição receberá no ano seguinte.

Da mesma forma que nas universidades, porém, o governo ampliou muito o Ceeteps a partir de 2002, quando a instituição tinha 100 unidades. Em 2017, as informações oficiais apontam a existência de 286 unidades (220 ETEC e 66 FATEC), em aproximadamente 300 municípios paulistas, com cerca de 290 mil estudantes em cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior. Essa gigantesca expansão não veio acompanhada dos recursos públicos necessários, levando a uma precarização crescente dos salários, bem como da infraestrutura física e laboratorial.